
Investigando em rede no desenvolvimento local: Um estudo de casos

António Fragoso¹

1. Desenvolvimento local e redes sociais: breves apontamentos teóricos

Talvez seja importante começar por definir as principais linhas de orientação do conceito de desenvolvimento local que nos guiou nesta investigação – tarefa não muito fácil, no meio da multiplicidade de características que vulgarmente se apontam para o desenvolvimento local, algumas das quais apenas superficialmente suportadas em elementos investigativos. Começando pelas mais comuns, diremos que se trata de um conceito baseado na participação das populações e na sua organização, seja através do apoio ao associativismo local existente, seja através do apoio a grupos informais de pessoas, interessados em tomar medidas práticas que contribuam para a melhoria da sua vida. Desta forma, os problemas comunitários seriam tomados como pontos de partida para a acção (Reszohazy, 1988), pese embora não se deva tomar este ponto na sua forma mais ingénua.

De facto, não podemos sequer esperar que sejam as «necessidades» das pessoas o único factor a levar em conta na iniciação de processos semelhantes, porque na grande maioria dos casos as próprias populações têm uma ideia confusa, idiossincrática ou simplesmente ligada à (in) existência de infra-estruturas básicas dos lugares onde vivem. Somos então da opinião que, na iniciação de processos de desenvolvimento local, devermos ter em conta os problemas comunitários, ou problemas que mesmo que apontados por elementos externos sejam capazes de ser sentidos pelos internos como seus. Mas igualmente serão de considerar a ideologia / filosofia das entidades envolvidas, bem como, de forma muito pragmática, as possibilidades de financiamento das acções que eventualmente venham a ser propostas como soluções para os problemas assinalados, entre outros factores.

Também é importante sublinhar que se trata de processos educativos e, sobretudo, colectivos (Ander-Egg, 1982) – e sobre estas duas características muito haveria a dizer caso fosse este o objectivo principal do artigo. Vulgarmente aponta-se que o desenvolvimento local deverá ter um carácter integrado e endógeno. Ora a este propósito queríamos lembrar que será pouco produtivo ver a integração como apenas uma questão de englobar os vários sectores nas acções, perspectiva que tem sido contrariada por Augusto Santos Silva, que muito bem nos lembra que é a cultura o *locus* ideal para pensar nesta integração (Silva, 2000). Quanto ao carácter endógeno do desenvolvimento local, contestamos que seja uma questão simplista de procurar num determinado território (a própria noção do mesmo é cada dia mais ambígua, embora continue a servir propósito pragmáticos de acção, planificação, etc.) todas as soluções e todos os tipos de recursos para os problemas a enfrentar. Quer Melo (1988), quer Vachon (2000) fazem afirmações importantes para negar estes simplismos, um pouco estranhos numa época marcada a muitos níveis pelas tendências da globalização. Seria mais importante conhecer donde partem as dinâmicas de mudança, sabendo que nem sempre é possível que sejam as populações a apresentá-la – e aliás, fosse esse o caso e não seria necessário promover nenhum processo de desenvolvimento local!

Pela nossa parte, acrescentaríamos ainda que as populações com que geralmente se trabalha em desenvolvimento local apresentam dificuldades muitíssimo concretas, nas quais se inscrevem, por exemplo, processos mais ou menos violentos e ambíguos de transição entre a tradição e a modernidade. Face à descrença, à desertificação, à drenagem do potencial de regeneração natural dessas comunidades, seria quase ridículo dizer que existe um potencial de mudança disponível entre essas pessoas. E, sendo, assim, afirmamos que o desenvolvimento local pode ter um papel importante, mas no sentido de repor a capacidade de endogeneidade perdida – perdida nas evoluções sociais, económicas, enfim históricas... frente às enormes mudanças experimentadas, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Acreditamos ainda que é fundamental em desenvolvimento local considerar a mudança. Levando o raciocínio ao extremo, sem mudança social não haveria desenvolvimento local. A acreditarmos nesta questão, quase que poderíamos reduzir a importância primária do desenvolvimento local ao estudo das mudanças que os seus processos foram capazes de desencadear no seio de um conjunto / colectivo de pessoas. E entender esta mudança seria crucial para informar a acção e para conhecermos formas de

¹ Escola Superior de Educação, Universidade do Algarve

reduzir, ainda que relativamente pouco, a imprevisibilidade que existem por definição, caso os processos postos em marcha se revistam de formas participativas.

Sobre a participação e as suas relações orgânicas com a conscientização (querendo, fazendo uma colagem ao complexo conceito que nos foi deixado por Paulo Freire) haveria muito para dizer. Já há muito sabemos que a participação, ao mesmo tempo que educa, aprende-se na acção, dando azo a um ciclo que por isso mesmo tem tanto limitações como potencialidades. É ainda no acto da participação que as pessoas podem gradualmente ir ganhando consciência de algo tão simples e tão complexo como o seguinte: que através da sua participação é possível mudar alguma coisa. É aqui que a participação exerce as suas virtudes, quando permite o crescimento dos indivíduos para estados de conscientização organicamente superiores, que demandam novos ciclos participativos ao mesmo tempo que permitem que sejam enfrentados desafios de complexidade superior.

Finalmente queríamos deixar duas palavras sobre a articulação com processos externos, por oposição à implementação de actividades que tendam a olhar demasiado para o próprio interior dos locais. Parece-nos fundamental não ter a tentação de remeter os processos à sua dimensão estritamente local; pelo contrário e por muitos motivos, a articulação com agentes, actores sociais, entidades e processos externos ao lugar da acção é mesmo crucial para algum relativo sucesso. Apenas para dar um exemplo, a nossa investigação mostra que os actores sociais que maior protagonismo ganharam ao longo de alguns anos de história numa pequena freguesia do norte algarvio, foram precisamente aqueles que conseguiram colocar a favor da acção todas essas articulações (Fragoso, 2003), “externas” numa visão mais tradicional do desenvolvimento local.

Galaskiewicz e Wasserman (1994) afirmam que apesar de que se tenham realizado importantes trabalhos de investigação sobre redes sociais nos anos 40 e 50, foi a partir da década de 70 que o sector avançou de forma significativa. Em parte, a popularidade que foi ganhando adveio da possibilidade de estudar, não tanto os próprios actores sociais, mas sim as relações que se estabelecem entre eles. Parecem não existir dúvidas no facto de que muitos aspectos da vida social estão, efectivamente, organizados como redes; e o ponto mais central nesta forma de investigação será no estudo das relações estabelecidas entre as entidades sociais – em vez de se analisarem comportamentos individuais, atitudes, crenças, etc. Para além desta característica básica, a perspectiva centrada nas redes sociais inclui uma série de pressupostos (Wasserman e Faust, 1994):

- Os actores sociais são vistos nas suas relações de interdependência e não como unidades autónomas.
- As suas relações implicam canais para a transferência ou fluxo de recursos diversos, como por exemplo informação, dinheiro, amizade, etc.
- O ambiente estruturante da rede pode conceder oportunidades ou, pelo contrário, constrangimentos à acção.
- A investigação centrada sobre redes sociais conceptualiza a estrutura como padrões de relação entre os mais distintos actores sociais.

Como é evidente e pelo menos em teoria, a investigação centrada nas redes sociais pode aplicar-se a um enorme conjunto de situações e contextos e, neste sentido, o desenvolvimento local poderia retirar vantagens desta forma de análise. De forma sucinta queríamos apontar uma vantagem quase óbvia que se tornou particularmente visível neste caso, e que é a libertação da análise de alguns dos naturais constrangimentos sócio-espaciais que são frequentes no campo. É compreensível. Durante décadas, os autores que utilizam o desenvolvimento comunitário tem vindo a olhar para a comunidade como um conceito insuspeito, mesmo quando esse não é, evidentemente, o caso, o que os aproxima inequivocamente de muitas limitações espaciais – é frequente, por exemplo, que as ditas noções de comunidade incluam a delimitação de áreas geográficas bem determinadas, servidas por critérios como o sentimento de pertença, o partilhar de objectivos e finalidades comuns, etc. De comunidade ao desenvolvimento comunitário seria apenas um passo e, então, analisar projectos de desenvolvimento comunitário dirigiria o olhar, naturalmente, tão-somente para o interior de uma dada comunidade, esquecendo-se todas as outras relações estruturantes e essenciais.

Por outro lado, ainda que queiramos escapar a esta «linha» e definir de forma mais vaga um qualquer «local», torna-se forçoso nalgumas investigações seguir as orientações da acção – que muito naturalmente se quer focar num dado território para através da localização de actividades, sejam socioeconómicas ou culturais, promover a sua transformação. Ora num caso ou noutro, são os

investigadores levados a formas de análise que não escapam a estas concepções. Pelo contrário, olhar para as múltiplas inter-relações estabelecidas entre os actores, analisar as consequências das configurações particulares das redes que formam e utilizam, tem um efeito quase libertador que nos força a olhar «para mais longe» e de forma bem diferente.

Há ainda um último comentário sobre este tema que talvez seja útil sublinhar. Já desde os anos 70 que os psicólogos comunitários têm vindo a utilizar o termo apoio social para referir-se às relações estabelecidas no contexto de uma determinada rede... No início, é certo, apenas como um recurso disponível a partir de uma rede de amigos e conhecidos que ajudavam a lidar com problemas quotidianos ou até com crises mais sérias, mas posteriormente já com uma perspectiva mais global, para tentar conhecer os factores que influenciam o apoio social disponível para os indivíduos na sua rede. Embora Walker *et al.* (1994) falem sobre muitos destes pontos, aqui apenas mencionaremos um que para muitas pessoas não passará de uma evidência banal: a dimensão da rede. Há dois sentidos relacionados que são apontados pelas investigações realizadas. Primeiro, que quanto maior é a rede maior é o número de membros da mesma que fornecem aos restantes ajuda emocional, bens e serviços, etc. Segundo, quanto maior é a rede maior é a percentagem de membros que recebe apoio social. Desta forma as pessoas inseridas em redes de maior dimensão ganham das duas maneiras. Ora se é quase infantil dizer isto, porque alguns acharão que se trata de uma constatação aproximada ao senso comum, torna-se depois incompreensível aceitar muitos dos estereótipos que se apontam aos meios interiores, isolados e rurais, tão frequentes em Portugal e parte importante das investigações em desenvolvimento local. Esses estereótipos mostram-nos essas pequenas comunidades rurais como fontes de sentimentos de mutualidade, onde o conhecimento personalizado seria sinónimo de uma ideia já antiga e gasta de comunidade, enfim... nada mais falso e este simples facto tem apresentado inúmeros obstáculos, quer aos que pretendem actuar directamente no terreno, quer aos que de forma teoricamente menos comprometida pretendem investigar sobre experiências de desenvolvimento local.

2. Metodologia

Esta investigação foi efectuada numa freguesia rural da serra algarvia chamada Cachopo, que tem experimentado nas últimas décadas todos os problemas comuns a muitos outros locais interiores do nosso país. As tensões entre a tradição e a modernização, a desarticulação dos modos fundamentais de reproduzir padrões sociais, económicos e culturais, são alguns destes problemas. Tratou-se de um estudo de casos múltiplo (Yin, 1993), vocacionado para a compreensão holística dos processos (Merriam, 1998), no qual se analisaram cinco experiências diferentes: a criação de um centro de animação infantil; a criação de duas microempresas que surgiram como resultado de processos de formação para a criação de auto-emprego; a emergência de uma nova associação cultural; e a criação de uma IPSS ligada à Igreja Católica, que começou por constituir-se como ponto de apoio para os mais velhos, mas que acabou por abranger muitas outras áreas.

Estes cinco casos possuíam múltiplas relações que os configuravam como parte de uma entidade, de uma unidade conceptual. E desta forma o grande objectivo da investigação era compreender os processos de desenvolvimento local que aconteceram nessa freguesia, desde o seu início (1985) até 2002. Procurou-se analisar as mudanças que foram surgindo a distintos níveis. Como técnicas de recolha de informação usou-se a observação não participante; a análise de documentos; e entrevistas, a maioria das quais não estruturadas (Olabuénaga, 1999), se bem que algumas foram semi-estruturadas. As referências fundamentais em termos metodológicos foram Bogdan e Biklen (1991), Denzin e Lincoln (1998), Taylor e Bogdan (1998), entre outras.

3. O caso da freguesia de Cachopo

Em Cachopo os projectos de desenvolvimento local foram lançados em 1985 pelo projecto Radial² que, a partir de 1989 veria a sua acção continuada pela associação In Loco³. Até 1991 esta seria a única entidade externa a promover acções na zona, data em que cessou a sua intervenção directa no

² Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve

³ Intervenção. Formação. Estudos para o Desenvolvimento local

terreno. Esta foi a **fase de aprendizagem** (Fragoso, 2001): os vários grupos iniciaram processos que incluíram a formação profissional, mas também a aprendizagem não-formal do valor da participação e dos consequentes mecanismos de conscientização. Aqueles que começaram por representar grupos informais de cidadãos constituíram-se em associações, responsabilizando-se pela gestão dos processos e pelas inerentes tomadas de decisão. Se algumas das experiências revelavam já sinais de serem bem-sucedidas, é por outro lado um facto que as aprendizagens realizadas, no seu todo, constituíram enormes saltos orgânicos qualitativos, representando em muitos casos mudanças tão difíceis quanto profundas, quer ao nível dos sujeitos, quer ao nível das próprias estruturas e normas comunitárias, verificando-se ainda grandes contradições e dificuldades, por parte de muitos actores sociais. Foi já numa segunda fase (**fase endógena**), quando se verificou um corte mais marcado com a entidade externa que havia liderado os processos, que se verificaram resultados surpreendentes ao nível da endogeneidade. De facto, os que até à data tinham sido beneficiários dos projectos de desenvolvimento local passaram a constituir-se como agentes do mesmo (Fragoso, 1999), tomando iniciativas variadas – como por exemplo a formação de uma nova associação cultural baseada em jovens adultos, ou a organização de uma feira de produtos locais que anualmente passou a juntar todos os produtores da zona. A terceira fase dos processos, que chamaremos a **fase da estabilização**, corresponde ao cimentar de padrões de mudança iniciados nas fases anteriores. Torna-se visível que as mudanças desencadeadas tiveram consequências ao nível do tecido social local, com novos actores sociais a assumirem um protagonismo em determinadas áreas, que os leva a propor, mas também a concretizar de forma consistente um certo número de projectos. Por outro lado, torna-se também notório que há um desafio orgânico que seria fundamental para o futuro de Cachopo e que não foi atingido: os diversos grupos encontram-se fragmentados e atomizados, não sendo capazes de apresentar um rosto unido frente às entidades e agentes externos que determinam muitas das decisões que afectam a zona. E, assim, algumas oportunidades importantes para o futuro da população vão-se perdendo. Os próprios actores sociais locais ganham consciência do estado em que se encontram mas, por paradoxal ou não que pareça, encontram-se manietados nas próprias teias que foram tecendo, de forma que alguns se abandonam ao fatalismo de não poder mudar os trilhos traçados, continuando assim a representar e consequentemente a reproduzir os mesmos padrões de acção, que primam pela falta de soluções cooperativas, precisamente nos momentos cruciais em que essas mesmas relações deveriam existir e funcionar.

Apresentei, portanto, uma sùmula muito breve que comprime imensos acontecimentos e fenómenos complexos, mas que ganham um outro sentido e novas explicações quando os olhamos à luz da investigação em rede. Tentemos então, ainda que a nível exploratório, realizar a análise nesses moldes, tendo em atenção a configuração particular das redes de sociabilidade locais.

4. Analisando em rede: uma tentativa exploratória

Convém sublinhar que o ambiente social local, antes de realizada qualquer intervenção, não se caracterizava pela existência de redes extensas de múltiplas relações e relativamente abertas. Um duríssimo percurso histórico, os embates com as exigências da modernização que tinham deixado de rastos a agricultura tradicional de subsistência, a falência económica de grandes sectores da população, a existência de papéis de género com diferenças bem vincadas e enfim, a destruição parcial dos próprios valores e princípios do mundo rural, que deixaram de ter uma funcionalidade activa numa sociedade em transição, todos são factores que promovem a atomização social, a fragmentação dos laços comunitários em pequenas redes, sobretudo familiares. Ora num meio de dimensão reduzida, há sem dúvida a aparência de fluidez entre as diversas sub-redes. Mas a aparência não é mais do que isso, e o conhecimento personalizado das pessoas funciona em desfavor da fluidez e dos fluxos de recursos. De facto, porque os sujeitos vivem todos os dias numa rede reduzida, os fluxos são muito controlados e consequentemente reduzidos; fluxos incontrolados circulariam demasiado depressa ao longo da rede total, colocando um indivíduo desprotegido face a zonas menos proximais da rede. Resumindo, a fragmentação, a existência de pequenas redes com fluxos relativamente reduzidos entre elas (se medidos, por exemplo, em termos de apoio social), eram características prévias à intervenção realizada a partir de 1985.

A intervenção externa realizada pelo projecto Radial não alterou substancialmente este panorama, apesar dos seus melhores esforços e pese embora na fase de aprendizagem a aparência fosse

totalmente contrária, isto é, muitíssimo positiva. Houve um grupo de pessoas que rapidamente se estruturou em volta da entidade externa. Mas outros grupos ficaram de fora, por própria opção e por vários motivos. Desde logo, todas as pessoas vindas de fora não escapam a uma série de conotações sub-reptícias e que dizem respeito a dimensões muito diversas: interpretações sobre aquela que será a sua filosofia (erradamente lida como ideologia político-partidária), as suas intenções reais (erradamente lidas como tentativas de ganhar vantagens várias), ou até os públicos que as acções abrangeram (que sendo maioritariamente mulheres suscitaram fortíssimos mecanismos de defesa comunitários). O que se verificou, na prática, é que se estruturaram algumas pequenas sub-redes à volta da entidade externa, resultando no que chamámos uma *zona sensibilizada* da rede social, através da qual circularam preferencialmente os fluxos de informação e outro tipo de recursos. Os que ficaram fora dessa zona sensibilizada foram os que se vieram a constituir como focos de resistência à mudança – aumentando as dificuldades nalguns processos, traduzindo-se num esforço extra dos actores envolvidos nos processos de desenvolvimento local.

Ainda assim, no final da fase de aprendizagem muitas vantagens eram já perceptíveis dentro da zona sensibilizada da rede – vantagens essas que se traduziram pela obtenção de uma formação técnica ou educativa, pela obtenção de um emprego, ou de um estatuto social «melhorado», mas que não encontrava ainda uma aceitação social adequada. O enganador nesta fase é o seguinte: as relações inter-redes fragmentadas parecem constituir uma única rede fluida. Concretizando: lançaram-se três processos distintos, mas as pessoas do Radial tentaram sempre integrar esses processos, de modo que houvesse de futuro uma única associação que ficasse responsável pela liderança de processos variados, que teriam hipóteses de crescer em várias direcções. No seio da zona sensibilizada, portanto, dava a impressão de que os fluxos circulavam de forma bastante aberta e que se estava a criar um núcleo forte e cooperante em termos de acção. O futuro mostraria que tal não acontecera e é quase uma ironia que o facto começasse a ficar visível precisamente na fase seguinte, em que aparecem óptimos sinais de endogeneidade, afinal um objectivo fundamental nos projectos de desenvolvimento local.

Pensamos que a presença constante da entidade externa no terreno funcionava como um precário cimento que ia mantendo o funcionamento da rede num equilíbrio que já alguns apelidavam de instável. Assim, quando cessou a intervenção directa, dois efeitos surgiram (ainda que depois de um curto período de transição em que nada de palpável aconteceu). Surgem actividades autónomas da população, mas cada nova actividade aparece acompanhada de problemas que os actores sociais locais «resolvem», sim, mas à custa de fragmentações, tanto nas sub-redes como nas formas de organização anteriores. A solução para cada problema parece ser sempre a atomização de uma pequena rede noutra ainda menor ou, em alternativa, a procura de uma rede totalmente nova, cujo destino será fragmentar-se, ela também, ao longo do tempo. Algumas iniciativas aguentam-se, mas à custa de equilíbrios precários ou de formas de funcionamento que, espartilhadas ou separadas intencionalmente de modo a provocar o mínimo de conflitos, nada têm que ver com a formação de colectivos fortes. Neste sentido, o tema do conflito é central na análise. Face à existência de pequenas sub-redes com poucos elementos, já com pouca capacidade de circulação de fluxos comunicativos e outros, os conflitos provocam constrangimentos à acção, porque são os próprios modos de cooperação que ficam completamente bloqueados (Fragoso, 2001; Fragoso e Lucio-Villegas, 2001). Para além disto, a configuração da rede não é propícia à resolução de todo o tipo de conflitos, que tendem a eternizar-se.

À luz do já exposto, torna-se fácil entender que os acontecimentos da terceira fase da acção representam apenas o estabilizar dum conjunto de fenómenos e mecanismos já anteriormente experimentados, que apenas ganham o seu estatuto de modo comum de funcionamento. Com muitas relações de cooperação cortadas entre os principais actores e respectivas entidades, alguns bloqueios só não se verificam com maior frequência porque integrados no conhecimento tácito que cada sub-rede começa a ter da outra, sobretudo se os fluxos vão escasseando. É então frequente que o conhecimento das acções que cada sub-rede tem da outra passe a ter como fonte alguns actores sociais que cumprem essa função – não mediadora nem negociadora, mas tão-somente informadora.

Alguns dos resultados obtidos são confrangedores e podem ser explicados pelos mecanismos e fenómenos anteriormente apontados. Por exemplo, aparecem numa entidade com capacidade financiadora três projectos iguais, todos vindos de Cachopo, mas propostos por grupos diferentes que, conhecendo as intenções uns dos outros, tentam antecipar-se sem sequer pensar que o conjunto global é evidentemente prejudicado e que as pessoas nada ganharão com o facto. Este último facto entra, aliás, por uma outra linha de análise relacionada: a da dimensão total da rede, que constitui o que chamámos

um *espaço social limitado* e que, como tal, tem uma capacidade reduzida para acomodar propostas de actores e sobretudo grupos distintos. Neste sentido, tornam-se evidentes os sinais de competição pelo espaço social de intervenção e, mais ainda, pela vontade de protagonismo puramente individual. Como se percebe bem, o principal é entender que nada disto tem que ver com a criação de colectivos fortes, que os processos de desenvolvimento local em nada se beneficiam e que, finalmente, não foi atingido um patamar qualitativo de mudança que seria, sem dúvida, muito importante para uma população desde há muito lutando com uma grave crise.

Referências Bibliográficas:

- ANDER-EGG, E. (1982). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. México: El Ateneo.
- BOGDAN, R., & BIKLEN, S. (1991). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- DENZIN, N. K., & LINCOLN, Y. S. (1998). Entering the Field of Qualitative Research. In Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (eds.), *Collecting and Interpreting Qualitative Materials* (pp. 1-34). Thousand Oaks: Sage Publications.
- GALASKIEWICZ, J., & WASSERMAN, S. (1994). Introduction: Advances in the Social and Behavioral Sciences From Social Network Analysis. In Stanley Wasserman & Joseph Galaskiewicz (eds.), *Advances in Social Network Analysis. Research in the Social and Behavioral Sciences* (pp. xi-xvii). Thousand Oaks: Sage.
- FRAGOSO, A. (1999). Participatory Research Processes for Local Development: the case of the community of Cachopo (Algarve/Portugal). In Kirsten Weber (ed.), *Life Long Learning and Experience. Papers and perspectives of the 1st International Summer School of the Graduate School in Lifelong Learning* (pp. 415-440). Roskilde: Roskilde University & The Danish Research Academy.
- FRAGOSO, A. (2001). Learning and social change in local development projects: some reflections from northern Algarve. In *Researching Widening Access: International Perspectives Conference Proceedings* (pp. 166-172). Glasgow: The Centre for Research in Lifelong Learning.
- FRAGOSO, A. (2003). *Procesos de Desarrollo Local en la Freguesia de Cachopo (Portugal)*. Sevilla: Universidad de Sevilla. (Tese de doutoramento não publicada)
- FRAGOSO, A., & Lucio-Villegas, E. (2001). Local development and social change: some reflections on an ongoing research. In Maria Helena Antunes & Iolanda C. Galinha (orgs.), *Wider Benefits of Learning: understanding and monitoring the consequences of adult learning* (pp. 197-201). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MELO, A. (1988). O Desenvolvimento Local como Processo Educativo. Impressões e Opiniões Auto-Entrevistas, *Cadernos a Rede*, 2, 58-63.
- MERRIAM, S. B. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- OLABUÉNAGA, J. I. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- RESZOHAY, R. (1988). *El Desarrollo Comunitario*. Madrid: Narcea.
- SILVA, A. S. (1990). *Educação de Adultos. Educação para o desenvolvimento*. Rio Tinto: Edições Asa.
- SILVA, A. S. (2000). *Cultura e Desenvolvimento. Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*. Oeiras: Celta Editora.

- TAYLOR, S. J., & BOGDAN, R. (1998). *Introduction to Qualitative Research Methods. A Guidebook and Resource*. New York: John Wiley & Sons.
- VACHON, B. (2000). Agente de Desenvolvimento: jardineiro do desenvolvimento local, *A Rede para o Desenvolvimento Local*, 15, 26-28.
- WALKER, M. E., WASSERMAN, S., & WELLMAN, B. (1994). Statistical Models for Social Support Networks. In Stanley Wasserman & Joseph Galaskiewicz (eds.), *Advances in Social Network Analysis. Research in the Social and Behavioral Sciences* (pp. 53-78). Thousand Oaks: Sage.
- WASSERMAN, S., & FAUST, K. (1994). *Social Network Analysis: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press.
- YIN, R. K. (1993). *Applications of Case Study Research*. Newbury Park, CA: Sage Publications.